

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.544.894 - RJ (2019/0208748-2)

AGRAVANTE : JOSE MAURICIO MACHADO E ASSOCIADOS -
ADVOGADOS E CONSULTORES JURIDICOS
ADVOGADOS : DANIEL LACASA MAYA - SP163223
JULIO MARIA DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SP120807
MANUELA CURTO DUARTE SILVA - RJ211574
AGRAVADO : MUNICIPIO DE BARRA MANSA
PROCURADOR : PAULA MARQUES BRANDAO E OUTRO(S) - RJ130377
INTERES. : CONCESSIONÁRIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA
S/A

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por JOSÉ MAURÍCIO MACHADO ASSOCIADOS E CONSULTORES JURÍDICOS, contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, assim ementado:

AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CRÉDITO DE IPTU. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. CANCELAMENTO ESPONTÂNEO DO DÉBITO TRIBUTÁRIO PELO CREDOR/MUNICIPIO DE BARRA MANSA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVIDOS. PEDIDO DE MAJORAÇÃO DA RESPECTIVA VERBA JÁ ACOLHIDO POR ESTE RELATOR EM OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE, BEM COMO, AOS PARÂMETROS LEGAIS. INTELIGÊNCIA DO ART. 20, §3º, DO CPC (ART. 85, §3º, DO CPC/2015) VIGENTE À ÉPOCA DA SENTENÇA EM 1º GRAU. MANUTENÇÃO DA SOLUÇÃO ANTERIORMENTE PROFERIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos pelo Tribunal de origem.

No recurso especial, o recorrente apontou violação do art. 20, § 3º e § 4º, do CPC/1973.

Sustenta, em síntese, que o montante de R\$ 3.000,00 (três mil reais), fixado pelo Tribunal *a quo* a título de honorários advocatícios, não é capaz de remunerar adequadamente o trabalho realizado pelo advogado, razão pela qual, defende a majoração do *quantum* ora balizado.

O recurso especial foi inadmitido com base na Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça.

No presente agravo, o recorrente apresenta argumentos objetivando rebater os fundamentos apresentados pelo julgador.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

Primeiramente, cumpre destacar que, mediante a simples leitura da peça recursal, percebe-se que o recorrente fundamenta seu inconformismo em relação aos honorários sucumbenciais em virtude do elevado valor da causa ora defendida pelo causídico.

Contudo, a despeito do expressivo valor atribuído à demanda judicial, deve-se destacar que o Tribunal de origem, ao analisar o conteúdo fático e probatório dos autos, consignou que "A questão posta em juízo não exigiu a criação de novas teses jurídicas ou esforços maiores do que aqueles normalmente expendidos em processos semelhantes, até porque, resultou extinto sem julgamento de mérito pelo cancelamento espontâneo do débito."

Dessa forma, verifica-se que a irresignação do recorrente, acerca do montante dos honorários advocatícios, vai de encontro às convicções do julgador *a quo*, que tiveram como lastro o conjunto probatório constante dos autos. Nesse diapasão, para rever tal posição seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator